

Lingua[gem] 25

Lingua[gem] 25

1. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*
Marcos Bagno, 6ª ed.
2. *Linguagem & comunicação social — visões da lingüística moderna*
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
3. *Por uma lingüística crítica*
Kanavillil Rajagopalan, 3ª ed.
4. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*
Stella Maris Bortoni-Ricardo, 5ª ed.
5. *Sistema, mudança e linguagem — um percurso pela história da lingüística moderna*
Dante Lucchesi
6. “O português são dois” — novas fronteiras, velhos problemas
Rosa Virgínia Mattos e Silva, 2ª ed.
7. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*
Rosa Virgínia Mattos e Silva, 2ª ed.
8. *A lingüística que nos faz falhar — Investigação crítica*
Kanavillil Rajagopalan, Fábio Lopes da Silva [orgs.] - **esgotado**
9. *Do signo ao discurso — Introdução à filosofia da linguagem*
Inês Lacerda Araújo, 2ª ed.
10. *Ensaio de filosofia da lingüística*
José Borges Neto
11. *Nós chegemos na escola, e agora?*
Stella Maris Bortoni-Ricardo, 2ª ed.
12. *Doa-se lindos filhotes de poodle — Variação lingüística, mídia e preconceito*
Maria Marta Pereira Scherre, 2ª ed.
13. *A geopolítica do inglês*
Yves Lacoste [org.], Kanavillil Rajagopalan
14. *Gêneros — teorias, métodos, debates*
J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motta-Roth [orgs.], 2ª ed.
15. *O tempo nos verbos do português — uma introdução a sua interpretação semântica*
Maria Luiza Monteiro Sales Corôa
16. *Considerações sobre a fala e a escrita — fonologia em nova chave*
Darcília Simões
17. *Princípios de lingüística descritiva*
M. A. Perini, 2ª ed.
18. *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*
Luiz Paulo da Moita Lopes, 2ª ed.
19. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*
U. Weinreich, W. Labov, M. I. Herzog
20. *Origens do português brasileiro*
Anthony Julius Naro, Maria Marta Pereira Scherre
21. *Introdução à gramaticalização — Princípios teóricos & aplicação*
Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes,
Vânia Cristina Casseb-Galvão [orgs.]
22. *O acento em português — Abordagens fonológicas*
Gabriel Antunes de Araújo [org.]
23. *Sociolingüística quantitativa — Instrumental de análise*
Gregory R. Guy, Ana Maria Stahl Zilles
24. *Metáfora*
Tony Berber Sardinha
25. *Norma cultura brasileira — desatando alguns nós*
Carlos Alberto Faraco



Carlos Alberto Faraco

NORMA CULTA BRASILEIRA

desatando alguns nós

EDITOR: Marcos Marcionilo

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Andréia Custódio

FOTO DA CAPA: Marcyn Krawczyk - stock.xchng®

CONSELHO EDITORIAL: Ana Maria Stahl Zilles [Unisinis]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, IpoI]
Henrique Monteagudo [Univ. de Santiago de Compostela]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

F225n

Faraco, Carlos Alberto
Norma culta brasileira: desatando alguns nós / Carlos Alberto Faraco. -
São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
200p. - (Lingua[gem] ; 25)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88456-82-2

1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa - Aspectos sociais - Brasil.
I. Título. II. Série.

08-2435

CDD: 469

CDU : 811.134.3

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Sussuarana, 216 - Ipiranga

04281-070 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-1522 | fax: [11] 5061-8075

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-82-2

© do texto: Carlos Alberto Faraco, 2008

© desta edição: Parábola Editorial, São Paulo, junho de 2008

Para

Clara e Joaquim

*com a esperança de que ambos possam viver
numa sociedade em que a língua não seja
mais fator de discriminação social e violência simbólica*





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Ana Maria Stahl Zilles</i>	
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1: AFINANDO CONCEITOS	33
NORMA	33
<i>A plenitude formal: conseqüências de seu reconhecimento ..</i>	38
<i>Uma comunidade, várias normas</i>	39
<i>Alguns exemplos</i>	41
<i>Normas, identidades e contatos</i>	42
NORMA CULTA	45
<i>Os três continua e a linguagem urbana comum</i>	45
<i>Algumas distinções pertinentes</i>	51
<i>O adjetivo ‘culto’ em questão</i>	55
<i>Afinal, quem é um falante “culto”?</i>	59
<i>Norma culta: ainda faz sentido usar esta expressão?</i>	64
<i>Um caso exemplar</i>	65
<i>Há saídas?</i>	71
NORMA CULTA, NORMA-PADRÃO E NORMA GRAMATICAL	73
<i>Norma-padrão: a criação do conceito</i>	74
<i>Norma-padrão no Brasil</i>	80
<i>A norma gramatical contemporânea</i>	82
<i>Norma-padrão: precisamos dela?</i>	85
NORMAS EM CONFLITO	88
<i>Um exemplo</i>	89
<i>Ainda um exemplo</i>	91

NORMA CURTA	93
<i>Denunciando a norma curta</i>	96
<i>Não confundir preferência com obrigatoriedade</i>	100
AUTORIDADE EM LÍNGUA	102
<i>E a Academia Brasileira de Letras?</i>	103
<i>A língua é maior que o impulso autoritário da norma curta</i>	104
<i>Superando esse imbróglio</i>	105
CAPÍTULO2: A QUESTÃO DA LÍNGUA: REVISITANDO ALENCAR, MACHADO DE ASSIS E CERCANIAS	109
CAPÍTULO3: A QUESTÃO GRAMATICAL E O ENSINO DO PORTUGUÊS	131
INTRODUÇÃO	131
BREVE HISTÓRICO DA GRAMÁTICA	132
<i>Criação da gramática</i>	132
<i>A gramática em Roma</i>	139
<i>A gramática no mundo medieval</i>	141
<i>A gramática das línguas modernas</i>	143
<i>Fixando um padrão de língua: dois caminhos</i>	145
<i>O modelo pedagógico medieval</i>	148
<i>O Brasil entra nessa história</i>	150
PESQUISANDO A NORMA CULTA/COMUM/STANDARD BRASILEIRA	155
ENFRENTANDO A CRISE DO ENSINO	157
ENSINAR GRAMÁTICA?	160
CAPÍTULO4: POR UMA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA	165
LINGÜÍSTICA E ENSINO	165
O LINGÜÍSTICO E O SOCIOLINGÜÍSTICO	167
VARIEDADES CULTAS E ENSINO	169
VARIEDADES CULTAS E NORMA-PADRÃO	172
ESCOLA E VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA	178
CAPÍTULO5: O ENSINO DE PORTUGUÊS NO BRASIL: ALGUNS PARADOXOS E DESAFIOS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
ÍNDICE DE NOMES	205

APRESENTAÇÃO

O nome de Carlos Alberto Faraco está ligado a uma extensa e intensa produção na área dos estudos da linguagem. Seus livros e artigos têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento de uma compreensão histórica e socialmente situada da(s) língua(s) no Brasil, bem como, num plano mais abstrato, das línguas em geral. Seu trabalho é iluminado por teorias que expõe com clareza, que analisa com lucidez e que enriquece com sua prática reflexiva. Além disso, está sempre atento às questões de lingüística aplicada, particularmente as de ensino-aprendizagem da língua materna em nosso país, e, mais recentemente, tem se dedicado a discutir os grandes impasses de política lingüística no Brasil. Suas publicações oferecem amplas oportunidades de reflexão lingüística a múltiplos públicos leitores, sejam eles estudantes de ensino médio ou universitários, professores de língua ou em formação, lingüistas e, certamente, escritores, jornalistas e todos os interessados em questões de linguagem.

A grande aceitação de sua obra pode ser avaliada, por exemplo, pelo fato de que seus livros têm sido reeditados com frequência, num país em que (ainda) pouco se lê. As inúmeras contribuições ministrando palestras, cursos e mesas-redondas, participando de entrevistas e produzindo artigos para a mídia, realizando programas de TV e outras atividades, também são indicadores do

quanto sua produção estritamente acadêmica e suas obras para o grande público são valorizadas e respeitadas. Assim, é um desafio e uma grande honra escrever a apresentação desta sua obra.

Este livro é sobre norma. Norma lingüística. Um assunto que está em pauta, já que tem recebido bastante atenção dos lingüistas, particularmente neste início do século XXI, com publicações como as excelentes antologias *Norma lingüística* e *Lingüística da norma*, organizadas por Marcos Bagno (2001 e 2002). Aliás, Faraco está entre os autores aí reunidos, ao lado de grandes nomes nacionais e internacionais que se dedicaram a estudar essa questão. Entre as muitas outras publicações sobre o tema, lembramos ainda, por seu impacto, os livros de Britto (1997) e Bagno (2003). Além disso, há inúmeras referências ao tema na internet, merecendo destaque, a título de exemplo, o *site* do Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz, que conta com a acurada contribuição de Ataliba de Castilho. Por fim, as próprias referências bibliográficas deste livro de Faraco darão ao leitor muitas outras indicações, de modo que esta lista não será mais estendida.

Com tantas publicações recentes como as mencionadas, será que precisamos de mais um livro sobre norma lingüística? Será que essa questão já não foi tratada adequada e suficientemente? A pertinência e a magnitude da contribuição dos textos já publicados são notórias e indiscutíveis. Entretanto, pelo que se lê na mídia; pelo que se ouve nas salas de professores, nas salas de aula e nas reuniões de professores, em qualquer nível de ensino; pelo que dizem ou escrevem alguns de nossos grandes escritores e pelas conversas sobre língua em qualquer instância da vida social, conclui-se que domina o cenário nacional um ideário conservador, elitista e excludente sobre língua, norma, gramática, variação e mudança, português rural, popular ou caipira, e outros tópicos relacionados. Desse modo, é preciso reconhecer que há, ainda, muito trabalho analítico e político a fazer diante dessa postura muito discutível, que privilegia uma variedade de língua sobre as demais, sem levar em conta se esta variedade representa uma escolha adequada para a sociedade brasileira como um todo, e

não apenas para a classe dominante. O ônus dessa postura está também em estigmatizar os falantes que não dominam essa variedade e em impô-la como a língua legítima da escola, entre outras violências simbólicas. Portanto, não hesito em dizer que a publicação deste livro é não só oportuna, mas também necessária. Se não por outras razões, por colocar entre parênteses, fenomenologicamente, os conceitos de *norma*, *norma culta*, *norma-padrão* e *norma gramatical*, e assim revelar o enredo de sobreposições e incoerências, anacronismos e preconceitos envolvidos nos usos que delas fazemos.

Podemos dizer que a edição desta obra intitulada *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós* constitui um importante marco nos estudos da linguagem no Brasil pela pertinência, consistência, relevância e profundidade da reflexão desenvolvida pelo autor. Nela estão reunidos — e substancialmente revistos — diversos textos anteriormente publicados, o que, por si só, já seria um empreendimento de grande valor, dada a vantagem de oferecer ao leitor, num único livro, um conjunto de materiais essenciais, antes esparsos. Mas isso não é tudo. Talvez nem seja o mais importante. A articulação dos textos, agora reescritos como capítulos de uma única obra, constrói um quadro coerente das principais questões e dos múltiplos aportes teóricos atinentes ao tratamento do tema.

A obra é constituída de uma introdução e cinco capítulos. A introdução é realmente exemplar: o autor nos apresenta os objetivos teóricos e aplicados, a delimitação do tema, a abordagem metodológica adotada, as justificativas teóricas e práticas para o empreendimento, a estrutura do livro, as principais características e funções de cada capítulo e o caráter político do tratamento dado ao tema. Além do mais, fica posta sua intenção de convocar ou, mesmo, provocar um debate nacional consistente sobre os problemas decorrentes da imposição, no século XIX, de um modelo de língua no Brasil dissociado dos usos aqui correntes. É impossível ler esta obra sem nos perguntar se devemos continuar mantendo esse fosso entre o modo como falamos e a língua modelar!

Essa entidade que acabamos de chamar de *modelar* corresponde ao conceito de língua legítima, de Bourdieu (1998: 48), transcrito a seguir por sua sintonia com a reflexão desenvolvida por Faraco:

[...] a língua legítima é uma língua semi-artificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédio de seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção.

Os capítulos do livro de Faraco mostram sobejamente como esses processos de fixação, codificação e, principalmente, de correção são extremamente eficientes no contexto brasileiro, especialmente em nossas escolas. Também como diz Bourdieu (1998: 50), as escolas são muito mais eficientes em ensinar que existe a língua legítima (seu *reconhecimento*) do que em ensinar a usar tal língua (seu *conhecimento*). Nas palavras de Faraco, esse processo de fixação de uma língua modelar, de uma *norma-padrão* para o Brasil esteve associado ao projeto político de nação do século XIX e continua servindo aos interesses da classe dominante. No capítulo 4, por exemplo, lê-se o que segue:

Em geral, a fixação de um certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como “ameaçadora de uma certa ordem”). Foi esse o caso do Brasil no século XIX, em que uma certa elite letrada, diante das variedades populares (em particular do que se veio a chamar pejorativamente de ‘pretoguês’) e face a um complexo jogo ideológico (em boa parte assentado em seu projeto de construir um país branco e europeizado) trabalhou pela fixação de uma norma-padrão.

Essa norma, no entanto, profundamente dissociada das variedades cultas efetivamente praticadas no Brasil, nunca se tornou de fato funcional. No entanto, tem servido, por mais de um século, de instrumento de violência simbólica e discriminação sociocultural. (p. 174).

Assim, ao ler este livro que agora se publica, compreendemos por que o exercício constante da *correção* é essencial para que a imposição dessa norma-padrão possa ser realimentada e mantida. Por sorte, porém, aí encontramos também considerações sobre como podemos buscar um caminho diferente para a educação lingüística brasileira, um caminho que, no mínimo, dê condições a todos os alunos de se tornarem, de fato, leitores. Por isso, nos capítulos 4 (“Por uma pedagogia da variação lingüística”) e 5 (“O ensino de português no Brasil: alguns paradoxos e desafios”), Faraco focaliza e questiona detidamente as relações entre o trabalho escolar e os conceitos de língua, variação e mudança, norma e gramática.

Dada a postura não só investigativa e crítica, mas também combativa do autor, que transparece na introdução e nos cinco capítulos que se seguem, sua leitura cria uma oportunidade ímpar de avaliar mais adequadamente a realidade lingüística do país. O livro apresenta ferramentas teóricas e argumentos em abundância para sustentar a proposta de Faraco no sentido da realização desse amplo debate nacional sobre *norma* e questões relacionadas. Trata-se, pois, de um livro que instiga seus leitores a tornarem-se sujeitos (mais) conscientes da história lingüística do país e mais atentos à política lingüística preconceituosa e excludente que tem se perpetuado nesta sociedade. Instiga também os leitores-professores, os leitores-pais e os leitores-alunos a participar ativa e responsavelmente na construção de uma nova pedagogia da língua, a *pedagogia da variação*, caracterizada pelo autor de forma concisa e irretocável no capítulo 4:

[...] nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação lingüística que não escamoteie a realidade lingüística do país (reconheça-o como multilíngüe e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/*standard* no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

Mas, acima de tudo, uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas lingüísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença lingüística. (p. 182).

Esse movimento na direção da reflexão pedagógica é perfeitamente coerente com a própria trajetória acadêmica, o desenvolvimento profissional e o engajamento social deste que é um dos grandes lingüistas brasileiros da atualidade. E como se não bastasse essa coerência cidadã, o texto aqui publicado traz aos leitores uma visão singular dos problemas de que trata, num dedicado e delicado trabalho de buscar, nas múltiplas faces dos estudos da linguagem, os princípios indispensáveis a sua abordagem.

Esta é, certamente, uma obra de envergadura, corajosa, que diz muito da sagacidade de seu autor.

Com argúcia e, por vezes, com machadiana ironia, Faraco desfia os temas mais agudos da questão da *norma lingüística* de forma exemplarmente disciplinada e clara. Não deixa fios soltos; ao contrário, vai amarrando-os com uma argumentação sofisticada e, ao mesmo tempo, transparente. Os construtos teóricos necessários à compreensão da complexa teia de intrincados nós que constituem a *norma*, particularmente no Brasil, vão sendo apresentados ao leitor à medida que a própria (in)definição do que seja *norma* é problematizada e pormenorizada. Os exemplos (o pronome reto em posição de objeto, a oração relativa preposicionada, a [falta de] concordância, as regências anacrônicas, entre outros) são, desculpem a tautologia, nada menos do que exemplares. Irrefutáveis e, ainda assim, carregados de uma historicidade que tem feito com que permaneçam na pauta das discussões há mais de um século como emblemas da incomensurável dificuldade de nos assumirmos como nação independente — ou, pelo menos, como donos do nosso nariz, sem mais vassalagem ao português literário de Portugal, sem esnobismo pernóstico ou elitismo excludente. Até quando *o que é* uso consagrado (o modo como falamos e queremos escrever) valerá menos do que o que *suposta-*

mente deveria ser e decididamente não é o modo como falamos e queremos escrever?

Não se trata de levantar bandeiras de facções movidas pela paixão. Trata-se, isso sim, de juntos (re)conhecer, compreender e valorizar nossa *cara lingüística*, como bem disse Faraco¹ ao ecoar o apelo de Cazuzza para que o Brasil mostrasse a sua *cara*.

A cara do Brasil é marcada pela diversidade. Diversidade acolhida com entusiasmo na música, na moda, na dança, na culinária... Diversidade pouquíssimo exaltada, no entanto, no que se refere à linguagem e às línguas que aqui circulam, com raras exceções como, por exemplo, a Semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922. Em geral, tudo o que se afasta da língua modelar acaba sendo condenado, seja na mídia, seja na sala de aula, seja onde for.

A esse respeito, no capítulo 2, ao revisitarmos, com Faraco, o século XIX, nos defrontamos com descrições condenatórias, altamente preconceituosas e excludentes acerca da diversidade lingüística no Brasil. Por exemplo, o modo de falar dos escravos e de seus descendentes, do povo, enfim, é menosprezado e tratado até como “não-língua”. E não só isso: nossos escritores de então, particularmente José de Alencar, tiveram seus textos criticados por se afastarem da língua literária modelar imposta aos brasileiros. Não é demais afirmar que, ao longo de nossa história social como nação “independente”, construímos do Brasil uma representação lingüística aviltante, que ainda nos assombra.

Sofremos, de fato, de esquizofrenia lingüística, pois amargamos uma dura dissociação entre a ação (o modo como falamos) e o pensamento (o modo como representamos o modo como falamos). Essa dissociação, contudo, não é endógena como a patologia cujo nome tomamos emprestado acima, pois seu arcabouço é sócio-histórico, e, portanto, passível de ser conhecido, explicado e quiçá modificado. Mas é preciso querer fazê-lo. É preciso vontade política.

¹ Referimo-nos à conferência intitulada *O Brasil lingüístico no espelho*, proferida por Faraco no dia 04/06/2004, no encerramento do IV Congresso de Língua e Literatura da UNOESC - campus de Joaçaba, SC. Agradecemos ao autor o acesso ao manuscrito.

Enfrentar nossa esquizofrenia lingüística passa necessariamente pela compreensão de que a norma lingüística modelar, imposta no século XIX, recebe múltiplas denominações: norma culta, norma-padrão, norma gramatical, gramática, língua culta, língua-padrão, língua certa, língua cuidada, língua literária, entre tantas outras. Tantos nomes — e tantas representações — já mostram que o que está em pauta é, de fato, muito mal compreendido e avaliado em nossa sociedade. Essa incompreensão pode ter e tem tido sérias implicações negativas nas trajetórias profissionais dos brasileiros e tem pesado como um grave problema na vida escolar de muitos de nossos estudantes. Por tudo isso, já na introdução, essa confusão terminológica e a falta de precisão conceitual ficam patentes e justificam o precioso trabalho reflexivo do capítulo 1, denominado “Afinando conceitos”.

Enfrentar nossa esquizofrenia lingüística também exige lucidez. Muita lucidez. Exige ainda coerência teórica e rigor metodológico. Para começar do começo, Faraco nos leva a (re)pensar o que é *língua*, ainda que isso possa nos surpreender por termos certeza de estar completamente familiarizados com ela e com seu uso. Como não saberíamos o que é língua, algo tão essencial à nossa vida?

O autor mostra que o problema não é esse, e sim o de que temos, da língua, concepções múltiplas, conflitantes, equivocadas e, mais que tudo, representações ideológicas completamente asentadas nos processos históricos da construção política de nossa sociedade, ou seja, completamente comprometidos com determinado modo de ver o mundo e de organizar a sociedade (em detrimento da maioria e em favor de uns poucos). No dizer de Bourdieu (1998: 32): “A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos”. O minucioso trabalho de Faraco desenreda muitos desses nós, principalmente nos capítulos 2 (“A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias”) e 3 (“A questão gramatical e o ensino do português”).

A reflexão sobre o que é língua proposta no capítulo 1 conduz necessariamente à questão das diferenças, da variabilidade

na língua. E força o nosso confronto com a representação simplista e reducionista, quase mandatária entre nós, de que toda e qualquer discussão sobre língua devesse ser necessariamente uma discussão sobre o *certo* e o *errado*.

Além disso, neste mesmo capítulo, Faraco procura desconstruir as noções do senso comum que tanto nos têm cegado em relação a questões de língua, norma, gramática, entre outras. É o que se vê nos dois excertos a seguir, transcritos do capítulo 1:

O fato de que toda norma tem uma organização estrutural deixa sem fundamento empírico enunciados de senso comum em que se afirma, por exemplo, que os analfabetos ou os falantes de variedades do chamado português popular falam “sem gramática”. Se toda norma é estruturalmente organizada, é impossível falar sem gramática.

Esse fato põe igualmente sob suspeita a própria noção de erro em língua. Se um enunciado é previsto por uma norma, não se pode condená-lo como erro com base na organização estrutural de uma outra norma. Desse modo, o lingüista não pode escapar da tarefa de desenvolver instrumentos descritivos adequados para dar conta das diferenças de organização estrutural entre as muitas normas de uma língua. Os fatos não lhe autorizam optar pela solução simples do conceito de erro. (p. 38).

[...] qualquer língua é sempre heterogênea, ou seja, constituída por um conjunto de variedades (por um conjunto de normas). Não há, como muitas vezes imagina o senso comum, a língua, de um lado, e, de outro, as variedades. A língua é em si o conjunto das variedades. Ou seja, estas não são deturpações, corrupções, degradações da língua, mas são a própria língua: é o conjunto de variedades (de normas) que constitui a língua. (p. 74).

“Afinando conceitos”, portanto, vamos avançando na discussão sobre o que é *norma* e sobre os muitos impasses sociais daí decorrentes. Em artigo publicado anteriormente, Faraco havia estabelecido uma sutil e cáustica distinção entre norma *culta* e norma *cultuada* para deslindar os conflitos entre o que é e o que deveria ser (para a elite) o nosso (variável) português brasileiro. Neste livro, no entanto, o autor nos contempla com um perspicaz avanço no modo de equacionar o problema ao traçar a irônica oposição entre norma *culta* e norma *curta*.

Mesmo que pudéssemos pensar em implicações sarcásticas, por exemplo, relacionadas à alternância entre “l” e “r” no final da primeira sílaba da palavra e sua conexão com processos fonológicos característicos de certos falares populares, o mais interessante na oposição é justamente a ligação direta entre o adjetivo *curta* e a noção de limites (no caso, impostos arbitrariamente). Estreiteza, enfim.

Essa oposição é criteriosamente discutida e exemplificada em diversas passagens do livro. Somos todos convocados a tomar posição, curta ou culta! O que não é possível, lendo este livro, é a indiferença. Afinal, alguém tem que fazer alguma coisa! Ou, quem sabe, cada um tem que fazer alguma coisa de modo que, juntos, realizemos o debate nacional tantas vezes proposto pelo autor, a fim de superar os impasses desses desdobramentos e de nossa esquizofrenia lingüística.

Por isso, visando já contribuir para esse debate, propomos que a reflexão de La Boétie, em seu *Discurso da servidão voluntária*², seja considerada nas discussões que estão por vir:

É incrível como o povo, quando se sujeita, de repente cai no esquecimento da franquia tanto e tão profundamente que não lhe é possível acordar para recobrá-la, servindo tão francamente e de tão bom grado que ao considerá-lo dir-se-ia que não perdeu sua liberdade e sim ganhou sua servidão. É verdade que no início serve-se obrigado e vencido pela força; mas os que vêm depois servem sem pesar e fazem de bom grado o que seus antecessores haviam feito por imposição. Desse modo os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outro bem nem outro direito que o que encontraram, consideram natural a condição de seu nascimento (La Boétie, [1548] 1980: 20).

² Claude Lefort (1980 : 125), ao comentar o texto de La Boétie, chama a atenção para a antinomia inominável: “Servidão voluntária”: conceito inconcebível, forjado por um acasalamento de palavras que repugna à língua, para designar o fato político aberrante. La Boétie pergunta: “ ... que monstro de vício é esse, que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza nega-se ter feito, e a língua se recusa nomear?”

O que nos faz vassalos da língua modelar que nos é inculcada? Queremos permanecer nessa vassalagem? Perguntas como essas, esperamos, estarão na pauta do debate e nas tarefas da pedagogia da variação.

A grande expectativa é de que essa estratégia leve a uma política lingüística mais consistente, especialmente no que diz respeito aos modelos de língua prestigiados como norma em nossa sociedade. Será necessário envolver os professores, os alunos e os pais, nas escolas; no contexto mais amplo, devemos envolver os profissionais da área da comunicação, os agentes literários, os editores e profissionais da linguagem em geral. Em especial, é premente a necessidade de trazer para o debate nossos escritores, alguns dos quais têm se pronunciado apresentando concepções desinformadas, conservadoras e preconceituosas sobre as discrepâncias entre o modo como falamos e escrevemos, de um lado, e, de outro, o modo como acreditam que deveríamos falar e escrever, bem ao gosto, lamentavelmente, dos afiliados da *norma curta*.

Esse debate, é importante reconhecer, surge esparsamente em nossa sociedade, como aconteceu no filme “Língua: vidas em português” (direção: Victor Lopes, 2003). Nele, ouvimos múltiplas variedades do português mundo afora. Ouvimos depoimentos de diversos escritores, brasileiros ou não, e de pessoas comuns, dos vários rincões onde o português é falado, seja como língua majoritária (Portugal e Brasil), seja como língua minoritária (Goa, Timor Leste, Moçambique etc.). Dois desses depoimentos nos chamam particularmente a atenção pelo antagonismo que acabam representando, de certo modo, as posições mais extremas frente à questão da norma, da variação e da mudança lingüística. De um lado, temos Mia Couto, ao dizer, poeticamente, que a língua se casa com o chão e vai assumindo matizes diversos nessas novas terras em que é falada (cito de memória apenas), diversificando-se e enriquecendo-se permanentemente. De outro lado, temos José Saramago, que reconhece as diferenças existentes (por exemplo,

dizendo que há muitas línguas em português), mas contraditoriamente lamenta as mudanças que a língua portuguesa vem sofrendo e, particularmente, a (suposta) tendência de usarmos menos e menos palavras e de caminharmos para um dramático (mas, convenhamos, impossível!) regresso à era das cavernas e à perda da linguagem verbal. É evidente que tais antagonismos precisam ser objeto de reflexão crítica e, se queremos uma sociedade democrática mais justa e menos preconceituosa, temos de encontrar uma forma também democrática, justa e não-preconceituosa de superá-los em favor dos falantes, e não contra eles.

Obras como esta, de Carlos Alberto Faraco, ora publicada, podem fazer a diferença ao oferecer, com competência e seriedade, uma visão consistente e esclarecedora não só da *norma*, mas também de suas relações com os múltiplos sentidos de *gramática* (em particular no capítulo 3, “A questão gramatical e o ensino de português”) e do modo como as línguas funcionam, se constituem e nos instituem cultural e socialmente.

Em se tratando de caracterizar as línguas, é particularmente feliz a passagem a seguir, na qual destacamos como elemento-chave a inclusão do conceito de hibridização:

[...] a lingüística histórica tem demonstrado que o contato e a hibridização das normas são fatores que favorecem o desencadeamento de mudanças lingüísticas em diferentes direções (cf., para mais detalhes, L. Milroy, 1980 — entre outros). Portanto, assim como não há norma “pura”, não há também nenhuma norma estática.

Estes diversos fatores — contatos entre normas, hibridizações e mudanças — acrescentam ingredientes fundamentais a qualquer discussão sobre questões de língua: nunca é possível deixar de considerar que toda realidade lingüística é organizada, heterogênea, híbrida e mutante. (p.45).

São tantos os aspectos positivos deste livro, há tantas passagens excelentes por sua clareza, agudeza e perspicácia, que poderia continuar a realçá-las, mas com isso me estenderia demasiadamente para o que deveria ser apenas uma breve apresentação.

Finalizo, então, parabenizando o autor e a Parábola Editorial por essa iniciativa. Agradeço pela valiosa interlocução e pelo privilégio da leitura antecipada deste livro.

ANA MARIA S. ZILLES

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. (org.) (2001). *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola.
- _____. (org.) (2002). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola.
- _____. (2003). *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. (1998). *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP.
- Britto, Luiz Percival L. (1997). *A sombra do caos — ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras/ALB.
- LA BOÉTIE, E. de (1980). *Discurso da servidão voluntária*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense.